

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROPPG - COORDENADORIA ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BARBACENA

2024

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROPPG - COORDENADORIA ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Oliveira
Coordenadora do Curso UEMG Unidade Acadêmica Barbacena

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:
Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 Dados de Identificação do Curso	6
2 Introdução.....	8
3 Justificativa	9
4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos	13
5 Diretoria de Educação a Distância da Capes	14
6 Caracterização regional	15
7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil	20
8 Aspectos institucionais.....	21
8.1 Infraestrutura	22
8.2 Missão.....	26
8.3 Princípios e valores	26
8.3.2 Valores	26
8.4 Outros aspectos.....	27
9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar	27
9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso.....	29
9.2 Concepção pedagógica do curso	29
9.2.2 Objetivo geral.....	29
9.2.3 Objetivos específicos	30
9.3 Organização curricular	30
9.3.2 Módulo Básico	31
9.3.3 Módulo Específico.....	31
9.3.3. Ementário	32
10 Estrutura administrativo-pedagógica.....	45
10.1 Equipe multidisciplinar.....	46
10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar	46
10.3 Docentes que participam da gestão do curso	47
11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico- administrativa.....	47
Produção de material didático	48
11.1 Sistema de tutoria	48
11.2 Encontros presenciais.....	50
12 Diretrizes de avaliação.....	50
12.1 Avaliação institucional	52
12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD.....	52
12.3 Avaliação de aprendizagem	54
13 Processo de comunicação-interação entre os participantes.....	55

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica, capacitando os participantes a atuarem como gestores escolares e na execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

A adesão da UEMG à oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar objetiva ampliar as oportunidades formativas sobre a gestão escolar, tanto para os professores da educação básica com para os demais profissionais da educação e de outros setores implementadores de políticas sociais. Esta adesão ocorre em um contexto no qual, de um lado, as diretrizes para a formação de professores orientam

a articulação entre o ensino superior e a educação básica e, de outro lado, o campo de conhecimentos sobre a gestão escolar tem sido ampliado e complexificado conforme tem sido ampliado o leque de políticas a serem implementadas nas escolas e nos setores ligados à gestão pública da educação escolar.

Trata-se de importante oferta de Curso de Especialização por uma Universidade Pública extremamente vinculada ao compromisso social de contribuir para o desenvolvimento regional e, nesse sentido, busca o desenvolvimento societário e contribuir para proteger avanços em termos de direitos. Como a escola pública é lócus privilegiado de implementação de políticas públicas educacionais e de produção de efeitos destas políticas na qualidade da educação, a oferta desta especialização em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Minas Gerais se afigura como meio de desenvolver estratégias para aprimorar a qualidade da oferta da educação conforme princípios constitucionais.

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Especialização em Gestão Escolar

b) Proponente:

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Unidade Acadêmica Barbacena
Professora Dra. Rita de Cássia Oliveira

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas 150 vagas, conforme editais públicos.

Há previsão de abertura de novas turmas do curso a cada 18 (dezoito) meses, correspondentes a 03 (três) semestres letivos que devem acompanhar o calendário acadêmico da Universidade do Estado de Minas Gerais.

e) Forma de ingresso:

Processo de seleção regido por edital público que contenha as normas e procedimentos para realização das inscrições, seleção e classificação de candidatos (as) para o curso.

f) Duração do curso:

O curso será integralizado em 18 (dezoito) meses, totalizando 390 horas.

Estes 18 (dezoito) meses constituirão 03 (três) semestres letivos, acompanhando o calendário acadêmico da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Nestes 03 (três) semestres os discentes concluirão as disciplinas que, neste curso, totalizam 360 (trezentas e sessenta) horas. Para além das aulas das disciplinas, os discentes desenvolverão atividades individuais e/ou em grupo. Com a previsão de carga horária e disciplina específica para o trabalho de conclusão de curso (TCC), o curso totaliza 390 horas.

Sobre o TCC, o curso prevê a sua elaboração, a sua apresentação e o encaminhamento à submissão em periódicos da área. De acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº 236, de 18 de fevereiro de 2019, art. 17, X, o Projeto de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, deverá conter: “formato sob o qual deverá ser apresentado o trabalho de conclusão do curso (TCC)”. Nesta especialização, o trabalho de conclusão do curso deverá ser redigido no formato de artigo acadêmico e submetido à publicação após apresentação, aprovação pela banca examinadora e escolha do periódico junto do (a) Professor (a) Orientador (a). De acordo com a ementa da disciplina TCC, para a orientação deste trabalho de conclusão de curso são previstas 30 (trinta) horas.

Serão incluídas, no calendário acadêmico do curso, as provas presenciais e a defesa presencial do trabalho de conclusão de curso. A carga horária de provas e demais atividades presenciais relacionadas às disciplinas poderão ser incluídas na carga horária das referidas disciplinas.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;
- Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, Conselho Nacional de Educação, Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.

- Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado de Minas Gerais – 2023 a 2027.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018: Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências
- Resolução COEPE/UEMG nº 236, de 18 de fevereiro de 2019: Estabelece as Normas Gerais da Pós-Graduação da UEMG.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2016: Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Resolução CEE/MG nº 482, de 08 de julho de 2021: Estabelece normas relativas à regulação do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências

3 Justificativa

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) houve expressiva ampliação de direitos educacionais, os quais têm forte relação com a gestão escolar na medida em que tanto o acesso foi universalizado quanto o modo de permanência nas escolas passou a ser princípio constitucional para a oferta do ensino no Brasil. No contexto de implementação de políticas para cumprir os deveres educacionais estatuídos, desde meados da década de 1990 a gestão pública no Brasil passou por transformações importantes. Neste campo, a gestão escolar passou a ser complexificada na medida em que foram implementadas políticas públicas que passaram a tocar diretamente a gestão da escola. No que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios. Pode-se verificar profundas mudanças na gestão escolar a partir da descentralização, meio pelo qual a União passou a apoiar com financiamento direto às escolas.

Tal processo teve origem na CF de 1988, a partir da qual os estados e os

municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação ganharam força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a descentralização da execução e do financiamento da educação pública a partir de meados da década de 1990. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em dezembro de 1996, teve o objetivo de universalizar o acesso ao ensino fundamental. Esta política educacional trouxe para mais perto de cada escola a percepção de como o financiamento estava relacionado ao funcionamento dos sistemas e redes de ensino públicas. Em 2007, o FUNDEF foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), incluindo índices de ponderação por etapa e modalidade de oferta da educação básica.

Com o FUNDEB foi iniciada uma trajetória de aprimoramento deste fundo especial com a incorporação de medidas de equidade. No que se refere à gestão escolar, importante destacar que foi iniciado, também, o caminho de aproximação entre o financiamento e as realidades de cada escola, além de ter sido consolidado o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB. Tudo isto, passou a exigir, gradualmente, mais conhecimentos dos professores sobre a gestão pública.

Esta trajetória longa de duração e aprimoramento destes fundos especiais, desde 1996, tem consolidado o efeito de aproximação entre as variáveis de distribuição equitativa dos recursos financeiros e as realidades de cada escola. Variáveis importantes para esta aproximação estiveram presentes desde a elaboração e regulamentação do Novo FUNDEB, em dezembro de 2020. A formulação do Novo FUNDEB como política pública contou com ampla participação da sociedade civil e, também, com acúmulo de conhecimento na área. No processo legislativo, tendo-se em vista a vigência da Emenda Constitucional 95/2026, o Novo FUNDEB foi reconhecido como o único meio de levar mais recursos da União para as redes de ensino estaduais e municipais e, também, como forma de introduzir medidas indutoras

de equidade na distribuição dos recursos financeiros.

Entre estas medidas, inclui-se o Valor Aluno Ano Resultado criado para levar mais apoio às redes com maiores dificuldades. A capacitação de professores sobre gestão escolar foi incluída como critério, ou indicador, nos cálculos do Novo FUNDEB. De outro lado, há no Novo FUNDEB possibilidades de que gestores escolares realizem ações que tragam mais recursos financeiros para municípios e, em consequência, para as escolas públicas. Os entes subnacionais passaram a demandar, de formas diversas, ampliação das oportunidades de formação na área de Gestão Pública e de Gestão Escolar.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. A necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios passaram a demandar profissionais qualificados em gestão escolar. Nesse contexto, tornou-se importante oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas dentro de cada escola pública brasileira. A relevância desta formação em gestão escolar tem sido ampliada com o aumento das políticas que, formuladas pela União, tocam diretamente o cotidiano de cada escola pública como *locus* de implementação das ações que visam a proteção dos direitos de cidadania.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT” da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que a definiu como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, com autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, incluída a gestão financeira e patrimonial.

O campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei nº 11.539/1994, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho – FUMA, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, que foi transformado na Faculdade de Educação. Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves – FaPP, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação do compromisso da UEMG relativo ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

Como parte da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Unidade Acadêmica Barbacena foi criada em janeiro de 2002 para atender os municípios da mesorregião Campo das Vertentes, em Minas Gerais, no cumprimento das determinações da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que aprovou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN de 1996).

Esta LDBEN estatuiu a exigência da formação em nível superior para docentes lecionarem na educação infantil e no ensino fundamental. A criação desta Unidade Acadêmica de Barbacena, fora da sede da Universidade do Estado de Minas Gerais, teve como finalidade atender às demandas da mesorregião para que os sistemas de ensino pudessem cumprir o dever estabelecido na LDBEN de 1996. Dada a urgência desta formação docente foi criado o Curso Normal Superior, conforme Decreto nº 42.235, de 03 de janeiro de 2002 e a UEMG Unidade Acadêmica Barbacena para oferecer esta formação. Nasce, portanto, com a vocação para a licenciatura e atendimento às demandas sociais e se desenvolve com orientação para alcance de importante objetivo da Universidade do Estado de Minas, o desenvolvimento regional. Vem se desenvolvendo acompanhando as

demandas regionais.

Situada na mesorregião do Campo das Vertentes, uma das doze mesorregiões de Minas Gerais, a Unidade Acadêmica da UEMG Barbacena foi criada para oferecer oportunidades de formação em nível superior para os quase 600 mil habitantes dos 36 municípios que formam a mesorregião do Campo das Vertentes. Junto de Lavras e São João del Rei, Barbacena constitui importante eixo para implementação de políticas públicas nesta mesorregião.

A denominação de Campo das Vertentes advém da percepção de estar inscrito, em Barbacena, o início da Serra da Mantiqueira. O relevo formado por morros em cujas encostas nascem muitos rios que contribuem para a formação de três grandes bacias hidrográficas nacional e internacional. As bacias do rio Paraíba do Sul e do rio São Francisco têm grande amplitude nacional. Já a bacia do rio Paraná ultrapassam os limites nacionais. Vertem, também, do seio da terra nesta região rios afluentes do rio Paraíba do Sul: o Rio Pomba, com nascente no território de Barbacena e o Rio Paraibuna com nascente na Serra de Ibitipoca. Registra-se, também nascer nesta região: os afluentes do Rio Grande, que contribui enormemente para formar o Rio Paraná; o Rio das Mortes e o Rio Elvas. Para além da região de Barbacena e ainda na mesorregião Campo das Vertentes, nascem os rios que vertem para o Rio São Francisco; na Serra da Noruega nasce o Rio Paraopeba; na serra do Tamanduá nasce o Rio Lambari e, em Desterro, nasce o Rio Pará.

Notadamente mesorregião com grande riqueza ambiental, histórica e cultural, conta também com importantes instituições educacionais públicas e privadas, destacando-se a gestão regional da educação básica na Superintendência Regional de Ensino de Barbacena e a existência de Universidades Públicas e Privadas. Além de importantes instituições de ensino superior, a mesorregião conta com a oferta de Cursos Superiores pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Barbacena, a Universidade Federal de Lavras, a Universidade Federal de São João Del Rei, o Instituto Federal do Sudeste de Minas – Campus Barbacena e a Universidade privada Presidente Antônio Carlos, com sede em Barbacena. Todas estas instituições têm trazido estudantes de todas as cidades da mesorregião Campo das Vertentes, de outras mesorregiões e de outros estados brasileiros.

Há grande demanda e oferta da formação em licenciaturas diversas. As redes de ensino têm, ao longo dos anos, absorvido todos profissionais formados nestas

Universidades, bem como os sistemas de saúde, de assistência social e outros postos de trabalho em empresas e de profissionais liberais.

No ano de 2008, tendo em vista o artigo 11 da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, a Unidade Acadêmica de Barbacena optou por finalizar a oferta do Curso Normal Superior e oferecer o Curso de Pedagogia. Esta mudança sinalizou a própria opção pelo aprimoramento das práticas e formação inicial de professores ao vincular este processo na tríade ensino, pesquisa e extensão, cuja indissociabilidade é princípio fundamental da Universidade pública brasileira. A Unidade Acadêmica Barbacena apontou, portanto, o caminho do seu desenvolvimento pela via destes três pilares da Universidade e, com isto, para a consolidação da sua importância para o desenvolvimento deste território regional. No seu desenvolvimento, o Curso de Pedagogia obteve em 2024, como resultado final da sua avaliação externa, o conceito 5. Trata-se portanto, de um acúmulo de 22 anos no atendimento com qualidade da demanda regional de formação de professores que, via de regra, são gestores das escolas e, portanto, demandas potenciais de formação continuada em gestão escolar.

Seguindo o rumo traçado pela referida opção de sua consolidação pela via da associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, esta Unidade Acadêmica deu um passo adiante com a criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em 2012. Este Curso e a Unidade Acadêmica se desenvolveram ao ponto de, em 2022, conseguirem excelente avaliação do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. O Curso de Ciências Sociais passou do conceito 3 para o conceito 4, em 2022. Este avanço na avaliação teve como ponto fulcral o desenvolvimento organizacional e estrutural da Unidade Acadêmica de Barbacena. Em função da baixa demanda social por acesso ao Curso de Ciências Sociais, esta Unidade Acadêmica decidiu, em setembro de 2022, transferir a oferta deste Curso para a UEMG Unidade Acadêmica de Ibirité, a partir de 2023, mostrando o compromisso social desta comunidade Acadêmica com a expansão e interiorização da oferta do ensino superior.

Ao transferir o Curso de Ciências Sociais para a Unidade de Ibirité, a Unidade Acadêmica Barbacena abriu espaço para oferecer o Curso de Serviço Social, a partir de 2023. A decisão se ancorou na necessidade de atendimento da demanda social, bem como de contribuir, enquanto Universidade Pública, para o desenvolvimento regional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disto, a comunidade acadêmica da

UEMG Barbacena optou pelo interesse em associar a oferta dos Cursos de Pedagogia e de Serviço Social, a fim de potencializar a formação inicial dos discentes destes dois Cursos Superiores, tendo-se em vista a forte intersectorialidade de ambos os campos de trabalho após a conclusão dos dois cursos e a própria existência do campo de estudos denominado Pedagogia Social.

A oferta do Curso de Serviço Social inicia em 2023 na Unidade Acadêmica de Barbacena. Por esta via, esta instituição pública projeta expandir e aprofundar suas atividades, revigorando a formação inicial junto do desenvolvimento de pesquisas, de ações extensionistas e da articulação entre o ensino superior, a educação básica e a rede de assistência social da cidade e da região.

Esta contribuição é extremamente relevante para o desenvolvimento social na região. Como cidade-polo da mesorregião Campo das Vertentes, Barbacena tornou-se referência econômica, social e política. Estudantes dos municípios de Antônio Carlos, Alfredo Vasconcelos, Barroso, Carandaí, Cristiano Ottoni, Dolores de Campos, Ibitipoca, Ressaquinha, dentre outros municípios que compõem a mesorregião, buscam formação no ensino superior em Barbacena. Estes estudantes tanto trazem experiências das diversas cidades quanto levam a sua formação e cultura acadêmica para elas, construindo, assim, para o enriquecimento da formação inicial na UEMG Barbacena e das práticas de ensino e sociais locais e nestas diversas cidades. A Unidade Acadêmica de Barbacena reúne a efervescência do interesse de cidadãos locais ao interesse dos cidadãos de pequenas cidades do interior pela Universidade Pública, do que resulta potente intercâmbio cultural, social, político e profissional com impactos positivos nas práticas profissionais dada a proximidade das cidades.

Este último aspecto tem relação importante no que concerne à profissionalização de egressos desta Unidade Acadêmica de Barbacena. Pode-se destacar que a cidade de Barbacena possui ampla rede educacional formada por estabelecimentos de ensino público (federal, estadual e municipal) e privado, cujas demandas por profissionais qualificados têm sido atendidas, significativamente, por egressos do curso de Pedagogia.

O mesmo processo ocorre nas e entre as demais cidades da mesorregião que demandam professores para o funcionamento de suas redes de ensino e, também, profissionais formados em Serviço Social para atender instituições integrantes do Sistema Único de Assistência Social.

No que se refere à cidade polo, Barbacena, os fatos apontados anteriormente ganham mais relevância quando observa-se que Barbacena tem população de 125.000 habitantes, de acordo com dados do censo demográfico de 2022¹. Esta mesma fonte mostra a taxa de escolarização de 98,4% das crianças entre 06 e 14 anos e residentes em Barbacena.

Neste cenário, que dá origem à demanda pela oferta da educação escolar e mostra o avanço no seu atendimento, a UEMG Unidade Acadêmica de Barbacena tem contribuído ao longo de 20 anos para a formação de professores. Tem contribuído, portanto, para suprir a elevada demanda do sistema de ensino gerido pela Superintendência Regional de Ensino do Estado de Minas Gerais sediada, também, em Barbacena e responsável pelas redes de ensino privada e pública em 24 cidades. A UEMG Barbacena atende demandas formativas de professores destas redes de ensino e leva, para estas cidades, profissionais formados a partir da vivência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão, dimensões fundantes da qualidade do ensino oferecida e das práticas dos profissionais formados na Unidade Barbacena.

A UEMG Barbacena tem contribuído, portanto, com o desenvolvimento regional, em conformidade com os objetivos estatuídos pela Universidade do Estado de Minas Gerais, conforme pode-se ler no artigo 3º da Lei nº 11.539, de 1994, que ordena ações da Universidade do Estado de Minas Gerais. Neste preciso sentido, observa-se a elevada demanda social pelos cursos de Pedagogia e Serviço Social oferecidos atualmente nesta Unidade Acadêmica da UEMG, em Barbacena.

Oferecendo 80 vagas anuais para a licenciatura em Pedagogia e 40 vagas anuais para o Bacharelado Serviço Social, a UEMG Barbacena contribuiu, até o final de 2021, com a formação do total de 1.284 profissionais habilitados a lecionar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A partir de 2012 estes profissionais passaram a ter a formação no curso de Pedagogia. Em concomitância, desenvolveu a oferta do Curso de Ciências Sociais e, mais recentemente, passou a ofertar o Curso de Serviço Social, buscando a aderência e a complementaridade na formação dos profissionais dos Cursos oferecidos. A elevada procura dos cidadãos pelos cursos oferecidos atualmente na Unidade Barbacena mostra que, após 20 anos de trabalhos para a formação de professores, a região ainda apresenta para a UEMG Barbacena alta demanda social pela

¹ Censo 2021 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/barbacena.html>

oferta do Curso de Pedagogia, bem como pelo Curso de Serviço Social que começa a ser ofertado em 2023 na perspectiva da complementaridade entre dois Cursos na formação inicial de profissionais.

Constata-se que a UEMG Unidade Acadêmica de Barbacena, criada em 2002 para atender a demanda social de formação de professores em nível superior, conforme exigido pela LDBEN de 1996, continua exercendo papel fundamental neste espectro e no desenvolvimento regional. Pode-se inferir que houve a consolidação desta Unidade Acadêmica como instituição pública importante no atendimento das demandas atuais do desenvolvimento educacional e social de Barbacena e das cidades da mesorregião Campo das Vertentes. Dentro desta realidade local e do cenário de descentralização das políticas educacionais em âmbito nacional inclui-se a necessária oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar por esta Unidade Acadêmica UEMG Barbacena.

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

O curso será oferecido pela Unidade Acadêmica de Barbacena, no Polo UAB/UEMG Barbacena, em funcionamento concomitante às demais atividades acadêmicas desta instituição universitária de ensino, pesquisa e extensão.

A integração e articulação da Educação a Distância desta Instituição de Ensino Superior tem sido realizada mesmo antes da consolidação do Polo UEMG Barbacena, pela via do ensino de parte da carga horária das disciplinas lecionadas desenvolvida em estratégias de ensino no moodle. Além do ensino, a Unidade Acadêmica tem experiência consolidada na área de conhecimento específico do Curso, contando com a realização de pesquisas e projetos de extensão com a participação de professores de outras instituições de ensino superior mediatizada pelas plataformas já conhecidas para o ensino.

Nesse sentido, esta oferta do Curso de Gestão Escolar poderá ser beneficiada pela experiência já acumulada na Unidade Acadêmica de Barbacena que indica, fortemente, enriquecimento das práticas de ensino, pesquisa e extensão a partir da

integração e articulação da EaD nesta instituição universitária ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. Por meio desta integração e articulação pretende-se ampliar a oferta de oportunidades formativas para Profissionais já atuantes nos sistemas e redes de ensino da mesorregião Campo das Vertentes, bem como para discentes egressos dos cursos de graduação.

8 Aspectos institucionais

A Unidade Acadêmica UEMG Barbacena funciona em regime de coabitação com o Colégio Tiradentes de Barbacena. Para o desenvolvimento desta instituição foi doado, pelo Estado de Minas Gerais, terreno para a construção do Campus da UEMG em Barbacena, processo em fase de formulação de projetos.

Desde 2008, tendo em vista o artigo 11 da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, a Unidade Acadêmica de Barbacena oferece o Curso de Pedagogia. Busca aprimorar as práticas e a formação inicial de professores vinculando este processo à pesquisa e à extensão, cuja indissociabilidade é princípio fundamental da Universidade pública brasileira. Neste processo, com a criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais em 2012 e do Curso de Serviço Social em 2023, a Unidade Acadêmica passou a contar com a ampliação do quadro de professores e das disciplinas vinculadas à área de políticas públicas, constituindo legado de cultura acadêmica e de conhecimentos que contribuem com o desenvolvimento das atividades acadêmicas na pós-graduação em gestão escolar.

No campo da formação continuada de egressos das licenciaturas, a UEMG Barbacena foi formuladora e proponente do Programa Mais Formação Docente iniciado em 2020, nesta Unidade Acadêmica, para ampliar as oportunidades formativas dos professores da educação básica e contribuir com a melhoria da qualidade do ensino.

O Programa Mais Formação Docente foi elaborado para sua execução em três fases:

- a) Oferta de formação continuada e em contexto para professores das redes públicas de Barbacena;
- b) Oferta de Cursos de Especializações para a população de Barbacena e região;

- c) Oferta de Mestrado a partir da consolidação das ofertas dos Cursos de Especialização, que sem deixar de serem ofertados constituirão, também, linhas de pesquisas da Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

A partir da execução deste Programa Mais Formação Docente, desde 2020, foi possível observar que a demanda formativa dos profissionais da educação básica é, prioritariamente, pela EaD.

Convergindo para o atendimento da demanda social, a opção pela implementação do Polo UAB/UEMG na Unidade Barbacena foi uma forma de dar continuidade à execução das políticas formativas da própria Unidade Acadêmica. Pela via da adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil tornou-se possível, também, concretizar a segunda etapa do Programa Mais Formação Docente e, importante destacar, a grande experiência que a primeira etapa do Programa trouxe para os professores participantes e que poderão continuar o aprimoramento da oferta do ensino nesta pós-graduação em Gestão Escolar. De outro lado, a partir da oferta desta especialização, junto das demais já oferecidas e a serem implementadas, poderemos consolidar o trabalho do grupo de professores da UEMG Barbacena na criação, proposição, oferta e desenvolvimento de um mestrado para o qual possa convergir as especializações do Polo UAB/UEMG Barbacena.

8.1 Infraestrutura

Para a oferta de Cursos e atividades presenciais da UAB/UEMG, a Unidade Barbacena conta com a seguinte infraestrutura:

✓ Salas de aulas

12 salas de aulas medindo 49 metros quadrados cada uma delas. Todas equipadas com lousa digital interativa e quadro para uso de pincel e também de giz. Tela para projeção. Em todas há 40 mesas e 40 cadeiras para discentes. 1 mesa e 1 cadeira para Docente. Acesso à internet cabeada e por wi-fi.

✓ Laboratório de Informática

1 sala com 49 metros quadrados. Equipada com lousa digital interativa. Com 25 mesas e 40 cadeiras para discentes. 25 computadores. Tela para projeção. Webcam. Caixa de som. Tripé para apoiar equipamentos como filmadoras, webcam e outros que possibilitem defesas de TCC, aulas, live, outros, 1 mesa e 1 cadeira para Docente. Acesso à internet cabeada e por wi-fi. A UEMG Barbacena conta com um profissional com formação em nível superior em informática. Este analista universitário é capacitado para dar apoios aos trabalhos neste laboratório e nos outros espaços.

✓ Laboratório de didática

1 sala com 30 metros quadrados. Equipada com mesas e computadores. Materiais para aulas práticas. Acesso à internet cabeada e wifi.

✓ Biblioteca

1 sala com 80 metros quadrados. Equipada com livros. Bibliotecas virtuais. 06 cabines de estudo com computadores. Acesso à internet cabeada e wifi. Contamos com Bibliotecária formada em Biblioteconomia e que oferece atendimento ao serviço de biblioteca e às demandas de oficinas sobre formatação, citações, referências bibliográficas, além de dar apoios às demandas de desenvolvimento dos PPC dos Cursos da Unidade.

✓ Container escritório 1

1 sala com 18 metros quadrados com 10 mesas, 10 cadeiras, ar condicionado, 6 computadores com acesso à internet cabeada e wifi e 1 armário – utilizado pelo Polo UAB/UEMG Barbena.

✓ Container escritório 2

1 sala com 18 metros quadrados com 10 mesas, 10 cadeiras, ar condicionado, 6 computadores com acesso à internet cabeada e wifi e 1 armário – utilizada para reuniões, grupos de estudos, aulas com pequenos grupos de alunos, outros.

✓ Container escritório 3

1 sala com 18 metros quadrados com 10 mesas, 10 cadeiras, ar condicionado, 1 frigobar, 6 computadores com acesso à internet cabeada e wifi e 1 armário – utilizada para reuniões, grupos de estudos, aulas com pequenos grupos de alunos, outros.

- ✓ 1 anfiteatro

Com 200 metros quadrados e 180 poltronas. Equipamento de som e de vídeo. Tela. Infraestrutura para palestras e aulas para até 180 discentes.

- ✓ Almoxarifado

25 metros quadrados. Equipado com armários e estantes

- ✓ Arquivo

8 metros quadrados. Equipado com estante, mesa e computador.

- ✓ Cozinha

25 metros quadrados. Equipada com fogão, geladeira, mesa, cadeira, microondas, bebedouro, armário, outros.

Administração

- ✓ Secretaria Acadêmica

1 sala com 12 metros quadrados. Equipada com mesas, cadeiras, 1 computador para cada servidor e 1 computador para estagiárias. Armários. Acesso à internet cabeada e wi-fi. Balcão.

- ✓ Secretarias dos Cursos – Pedagogia, Serviço Social e do Polo UAB UEMG Barbacena

1 sala com 24 metros quadrados. Equipada com mesas, cadeiras, 1 computador para cada servidor e 1 computador para estagiárias. Armários. Acesso à internet cabeada e wi-fi. Balcão.

- ✓ Container escritório 1 – Polo UAB/UEMG

1 sala com 18 metros quadrados com 10 mesas, 10 cadeiras, ar condicionado, 6

computadores com acesso à internet cabeada e wifi e 1 armário – reservada para administração do polo UAB/UEMG.

✓ Sala dos Professores

1 sala com em torno de 30 metros quadrados. Equipada com mesas, cadeiras, armários e computadores com acesso à internet cabeada e wifi.

✓ Sala do ponto focal de Comunicação e da Revista Mal Estar e Sociedade

1 sala de 14 metros quadrados com mesas, cadeiras, computadores, com acesso à internet cabeada e wifi, armários para 3 profissionais que trabalham no setor e no atendimento à comunidade acadêmica.

✓ Secretaria do Núcleo Estágio e do Núcleo de Apoio aos Estudantes e às Comissões

1 sala com 10 metros quadrados. 1 mesa. 1 cadeira. 1 computador com acesso à internet cabeada e wi-fi. 1 armário.

✓ Direção e Vice – Direção

1 sala com 12 metros quadrados. Equipada com mesas, cadeiras, 2 computadores, acesso à internet cabeada e wi-fi, armários.

✓ Coordenações dos Cursos presenciais

1 sala com 12 metros quadrados. Equipada com mesas, cadeiras, computadores, acesso à internet cabeada e wi-fi, armários.

✓ Sala da MGS

1 sala de 14 metros quadrados para profissionais de apoio logístico. Equipada com mesa, cadeira, fogão, geladeira, armário. Computador com acesso à internet cabeada.

8.2 Missão

Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado de Minas Gerais.

8.3 Princípios e valores

8.3.1 Princípios

Desenvolver a oferta do ensino superior promovendo a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Universidade Pública, sendo a UEMG referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas educacionais, demandas e vocações regionais.

8.3.2 Valores

- ❖ **Mérito da Qualidade Acadêmica:** Formação de uma comunidade científica que oportunize a interação com outras instituições produtoras de conhecimento e, ao mesmo tempo, estabeleça uma sinergia na busca da excelência da UEMG. Formação e atuação de grupos de pesquisa com forte base científica e tecnológica para o fortalecimento do stricto sensu (atendendo os critérios da CAPES). Avaliação interna e externa na busca do mérito da qualidade acadêmica.
- ❖ **Compromisso Ético:** A Universidade deve ser o cenário em que a Ética Profissional norteie as relações e ações, oportunizando a dignidade humana, a construção do conhecimento e da convivência harmoniosa no contexto sociocultural no qual seus cidadãos irão operar, estendendo a produção da Universidade à sociedade em que está inserida.
- ❖ **Responsabilidade Social:** Responsabilidade social, na UEMG, significa formar cidadãos éticos, críticos e inovadores, desenvolver pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento que possam contribuir para o avanço tecnológico do Estado e implementar um trabalho extensionista com compromisso de interagir com a comunidade na busca da transformação social, da preservação ambiental, da

melhoria da qualidade de vida e da inclusão social.

- ❖ **Inovação e trabalho cooperativo:** A Universidade, ao promover a inovação, por via de novas tecnologias, estimula a competitividade e a cooperação em todos os setores que colaboram para o desenvolvimento científico e sociocultural e interfere sobre múltiplos processos econômicos, sociais e culturais. A UEMG deverá ser essa agência geradora de conhecimento, formando pesquisadores capazes de competir e cooperar com o setor produtivo e de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento do Estado e da Nação.
- ❖ **Compromisso com as Políticas Públicas:** A Universidade do Estado de Minas Gerais tem o compromisso de participar e fortalecer as políticas públicas em todas as áreas do conhecimento mediante ações efetivas para potencializar as demandas e otimizar a qualidade dos serviços prestados.

8.4 Outros aspectos

Como Barbacena é uma cidade polo da mesorregião Campo das Vertentes, todas as políticas da UEMG e inovações trazidas pela Unidade Barbacena produzem importantes efeitos no desenvolvimento regional. Os princípios e os valores desta instituição pública universitária orientam as ações de todos profissionais e processos de trabalho, sendo levados para toda região a partir das vivências acadêmicas. Destaca-se a apropriação, pelos discentes e comunidades, do significado das instituições públicas como armaduras dos direitos de cidadania e da necessária hegemonia do público sobre o privado como pilar da justiça social.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A concepção que orienta o Curso de Especialização em Gestão Escolar está estreitamente relacionada aos princípios estatuídos para oferta da educação escolar no território nacional conforme definido na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 206.

No rol de princípios estatuídos pode-se destacar uma relação orgânica entre eles, na qual o sentido de todas as ações é o alcance da garantia do padrão de qualidade do ensino. Esse, extremamente vinculado ao princípio da igualdade para o acesso e permanência na escola, engloba múltiplas dimensões da vida em sociedade.

Nesse contexto, as boas condições para o acesso e a permanência nas instituições de ensino tornam-se fundamentais para alcançar elevado padrão de qualidade do ensino. Este, pode ser compreendido como meio de contribuir para que cidadãos ampliem as suas oportunidades de acesso aos bens produzidos pela humanidade e possam garantir a dignidade de suas vivências humanas ao longo da vida. Tem relação com autonomia. Ficará no plano ideal se não considerar o complexo e multidimensional processo social e, também, a individuação.

Ter conhecimentos específicos sobre a gestão escolar é fundamental para que professores possam desenvolver as atividades gestoras pautando ações nos princípios constitucionais referenciados. Gestores escolares são fundamentais na implementação de políticas públicas nas escolas. E, sem conhecimentos específicos, podem gerir, contraditoriamente, negando direitos já em plenas condições de serem garantidos por meio de políticas já existentes.

A literatura da área mostra a indissociabilidade das dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras da gestão escolar. Executam estas dimensões, estruturadas por um tecido normativo específico, gestores escolares que são via de regra professores. Ainda que a formação inicial de professores possibilite conhecer estas dimensões, o exercício específico desta função gestora exige a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos nesta área. Por isto, esta Especialização em Gestão Escolar se orienta no sentido de ampliar e aprofundar o conhecimento de professores sobre as múltiplas variáveis que vão influenciar a garantia do padrão de qualidade na oferta da educação escolar brasileira, com ênfase na ação dos gestores escolares.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
-	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro : uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
EVANS, Peter. Autonomia e parceria : estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política . 13. ed. Brasília: UNB, 2010.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
RIBEIRO, João Ubaldo. Política : quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.
SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento . São Paulo: Hucitec, 2010.
WEBER, Max. Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

<p>EMENTA</p> <p>Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.</p> <p>SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.</p> <p>WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.</p> <p>HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2015.</p>

Disciplina 4 – Gestão Pública

<p>EMENTA</p> <p>Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, <i>accountability</i> e <i>responsiveness</i>: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.</p> <p>DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p> <p>FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.</p> <p>JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.</p>

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
RICHARDSON, Roberto Jarry <i>et al.</i> Pesquisa social: métodos e técnicas . 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA
<p>O Trabalho de Conclusão de Curso objetiva a consolidação de patamar de conhecimento sobre a gestão escolar nesta etapa do ensino superior: especialização. Será desenvolvido ao longo do Curso em concomitância com a disciplina específica. Poderá ser realizado individualmente, ou em grupo, em consonância com a formação pretendida e os objetivos propostos pelo Curso, bem como com as definições dos orientadores do TCC. Deverá, sempre, articular os conteúdos das disciplinas desta especialização à pesquisa, às atividades práticas e apresentar discussões teóricas, resultados de pesquisas, bem como visar contribuições para o campo da gestão escolar. De acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº 236, de 18 de fevereiro de 2019, art. 17, X, o Projeto de Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>, deverá conter “formato sob o qual deverá ser apresentado o trabalho de conclusão do curso.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 05 de outubro de 1988. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm</p> <p>CRESWELL, John Ward. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 9 ed. São Paulo : Atlas, 2021.</p> <p>A literatura será atual e definida em cada oferta do Curso, em acordo com as regras acadêmicas vigentes para normatização e as produções atuais publicadas na área de cada Trabalho de Conclusão.</p>

Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA
<p>Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>AZANHA, J.M.P. Autonomia da Escola, um reexame. Cadernos de História e Filosofia da Educação. v. I, n. 1, p. 37-45, 1993 Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/acervo_jmpa/midiateca_canal.asp?cond=2&id=acervojmpa&pass=4308&grupo=3></p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 05 de outubro de 1988. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=O%20Sistema%20Nacional%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o,p%C3%ABlicas%20desse%20n%C3%ADvel%20de%20ensino</p> <p>BRASIL. Decreto 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm</p> <p>BONAMINO A. C.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. <i>Educação e Pesquisa</i>, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.</p>

FREITAS, Luis Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 86, p. 133-170, abril 2004.

OECD. **PISA 2018 Assessment and Analytical Framework**. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FARIA, L. C. M.; SOUZA, D. B. **Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.393/96**. Ensaio: avaliação e políticas públicas. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**. 5. ed. Goiânia (GO): MF Livros, 2008.

MARTINS, A. M.. O contexto escolar e a dinâmica de órgãos colegiados: uma contribuição ao debate sobre gestão de escolas. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, p. 195-206, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a03.pdf> >.

SARMENTO. Diva C. Educação: Federalismo e Qualidade. IN: SARMENTO. Diva C. (ORG) **Educação e qualidade: sistemas educacionais em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SARMENTO, D. C. **Criação dos sistemas municipais de ensino**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005 1363. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 2009.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas:** estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público.** Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações:** papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina:** arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência:** por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERENCIAS BASICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil.** Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no

Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**. 5. ed. Goiânia (GO): MF Livros, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29 ed. Campinas: Papirus, 2012.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Decreto Nº 5.790, de 25 de maio de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

Disciplina 11 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA
Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais <i>versus</i> princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CRUZ, Fábio. Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos . Rio de Janeiro: Brasport, 2013.
DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. Revista de Gestão e Projetos – GeP , v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.
MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. <i>In</i> : MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais . 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. Revista de Gestão e Projetos , v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.
WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. Revista Gestão & Tecnologia , Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades . 5. ed. São Paulo: Atlas,

2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 12 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada;
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura

tecnológica e logística;

- **Coordenação do Curso:** gestão pedagógica e administrativa;

O ingresso no sistema UAB, tanto dos discentes como dos docentes, dos tutores e dos gestores dar-se-á por meio de edital público, seguindo os regramentos da UAB e da UEMG.

10.1 Equipe multidisciplinar

Entende-se como membros da equipe multidisciplinar : Professor Formador; Tutor; Professor Conteudista; Coordenadoria de Polo; Coordenadoria de Tutoria, Coordenadoria de Curso, Secretaria Acadêmica.

Para a constituição desta equipe, o Curso de Especialização em Gestão Escolar contará com Coordenação de Curso específica. Esta Coordenação será responsável pela articulação e integralização dos conteúdos das disciplinas oferecidas, por alcançar o objetivo proposto para esta Especialização, bem como pelo desenvolvimento das atividades de capacitação e de atualização sobre os conteúdos do curso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

O programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar será formulado e proposto pela Coordenação do Curso à Coordenação do Polo da UAB/UEMG Barbacena, obedecendo o cronograma acadêmico e de implementação do Curso e visando a garantia da qualidade desta especialização por meio da oferta de disciplinas previstas no ementário.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

Entende-se que a gestão do curso conta com a participação de todos professores participantes da sua oferta e que é liderada pela Coordenação do Curso. Assim, a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar contará com uma Coordenação com formação que possibilite o desenvolvimento do curso, portanto o Curso contará com Coordenação com pós-graduação stricto sensu na área desta especialização, a fim de garantir a qualidade da oferta da formação em gestão escolar.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático. Para tanto, buscar-se-á :

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ integração entre apoio local em TI, Coordenação do Polo, Coordenação do Curso e Gerência de Informática da UEMG;
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes atores educacionais participantes do Curso;
- ▶ criação e manutenção de repositório de documentos e materiais didáticos e garantia de acessibilidade para os diferentes atores participantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Os materiais didáticos produzidos para o curso de Especialização em Gestão Escolar e, também, as produções derivadas deste Curso serão armazenados em repositório criado para esta oferta da especialização e disponibilizados para participantes do curso e demais setores da UEMG.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante,

mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

O processo seletivo para tutores deverá considerar as especificidades deste Curso, em acordo com este PPC e contar com barema formulado pela Coordenação do Polo e Coordenação do Curso, em acordo com as normas da UAB e aprovado no Conselho Departamental da Unidade Acadêmica.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;

- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- ambientes virtuais próprios da UEMG;
- outros recursos aprovados pela Coordenação da UAB e do Polo UAB/UEMG Barbacena e em conformidade com as normativas da UEMG.

11.2 Encontros presenciais

Há previsão de encontros presenciais:

- ✓ Aula inicial – primeiro contato entre a equipe multidisciplinar e discentes do Curso. Objetivo desta aula é a apresentação de todas as disciplinas por seus professores. Esta apresentação contará com a exposição e disponibilização do planejamento de todas as atividades, cronograma, literatura da disciplina e outros. Será o momento em que professores farão a introdução geral à disciplina. Poderá ser gravada e disponibilizada para discentes. Todo conteúdo deverá ser apresentado e aprovado, com antecedência, pela Coordenação do Curso;
- ✓ Outros encontros de acordo com o planejamento das disciplinas;
- ✓ Apresentação dos TCC e prova presencial – conclusão do Curso. As defesas de TCC têm obrigatoriedade de serem presenciais. Serão agendadas pelos Professores Orientadores e comunicadas aos discentes com antecedência, devendo constituir um encontro presencial para a realização de todas as apresentações de TCC e, também, das provas presenciais conforme demandas das disciplinas.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem

didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da gestão da educação.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- compreender o valor da autoavaliação na consolidação da sua autonomia;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado;
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga necessário no campo da Gestão Educacional.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

Por meio da Resolução CONUN/UEMG nº 419 de 21 de dezembro de 2018, a UEMG reformulou sua avaliação institucional. O primeiro artigo desta Resolução cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais, com as seguintes atribuições no seu artigo segundo:

- I- Coordenar a realização dos processos de avaliação interna da instituição;
 - II- contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica na implementação dos processos de avaliação interna, buscando integrá-los à dinâmica institucional;
 - III- sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo INEP;
 - VI- elaborar o Modelo de Avaliação Interna a ser desenvolvido na Universidade, que atenda às exigências da legislação vigente;
 - V- elaborar e aperfeiçoar os instrumentos para coleta e análise das informações relativas à avaliação institucional;
 - VI- consolidar e analisar as informações obtidas;
 - VII- elaborar relatório final da Universidade;
 - VIII- acompanhar, de forma contínua, as decisões tomadas pelas estruturas institucionais competentes em decorrência das informações levantadas na Avaliação Institucional.
- Parágrafo único. A atuação da CPA dar-se-á sem prejuízo da realização dos procedimentos de acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão pelas respectivas Pró Reitorias.

Tais atribuições são estruturantes das ações de avaliação institucional voltada à finalidade específica de aferir a qualidade da oferta dos Cursos no âmbito da UEMG em consonância com o estabelecido no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que determina os princípios basilares para a oferta da educação no território nacional.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

Os princípios constitucionais se aplicam à estruturação dos sistemas e subsistemas de ensino no Brasil. Como a CPA da UEMG tem como finalidade contribuir para o alcance dos fins específicos da UEMG, cumpre à CPA da UEMG avaliar, no que se refere aos subsistemas de EAD, as condições de oferta dos cursos no subsistema de EAD da Universidade Aberta do Brasil. Para isto a UEMG estruturou a Coordenação de Educação a Distância como órgão institucional diretamente vinculado às Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação da UEMG.

Como uma Universidade multicampi, com a finalidade de conhecer as práticas e as

condições de funcionamento locais, a UEMG adotou a criação das CPA por Unidade Acadêmica. Cabe à CPA de cada Unidade da UEMG desenvolver um instrumento de avaliação específico para aprimorar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A finalidade desta avaliação tem sido a de servir como diagnóstico para os processos de planejamento em acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG e para a melhoria contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão e na integração com a sociedade.

A avaliação local, instituída pela CPA-Central da UEMG, foi articulada em 5 eixos e 10 dimensões que perpassam ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, estabelecendo a base para composição dos instrumentos de coleta de dados. A articulação entre os eixos e dimensões é demonstrada abaixo:

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Política de Comunicação com a Sociedade Política de Atendimento aos Discentes.
Eixo 4: Políticas de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de Pessoal Organização e Gestão da Instituição Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura Física

Tais eixos e dimensões levam à importantes avaliações sobre as condições de funcionamento e de oferta dos cursos, tais como as condições de realização das atividades de ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades gestoras. Por meio da aplicação dos instrumentos de avaliação e da análise dos resultados é possível conhecer o processo de desenvolvimento das atividades acadêmicas, incluindo-se aquelas realizadas no subsistema de EAD. A finalidade maior é possibilitar a formulação de propostas de ação para a constante melhoria da oferta dos cursos na Unidade Acadêmica de Barbacena e na Universidade do Estado de Minas Gerais.

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação tem como objetivo mediar o processo de ensino e aprendizagem, partindo das especificidades de cada atividade pedagógica proposta. Nesse sentido, propõe-se uma perspectiva de avaliação que seja diagnóstica, formativa e continuada, consubstanciando o aperfeiçoamento permanente do Curso, da abordagem metodológica e didática do professor e da formação e do desempenho do aluno. A avaliação constitui, assim, parte integrante do plano do curso, da unidade didática, da didática e das aulas no ambiente virtual. Pela sua característica dialógica, a avaliação deverá contribuir para integrar alunos, tutores, professores e coordenação do Curso no processo em que exploram os conteúdos das disciplinas no Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA).

A partir desses princípios, propõe-se um sistema de avaliação do Curso e das atividades pedagógicas que verifique as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos durante o desenvolvimento das atividades realizadas no Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA). Nesse sistema, os critérios de avaliação devem ser esclarecidos previamente para os alunos, no início de cada oferta do Curso. Deve-se observar que os resultados e as medidas a serem utilizadas devem ser compreendidos como meio de aperfeiçoar a formação nesta especialização.

O critério objetivo para a promoção dos discentes nas disciplinas deste Curso seguirá o estabelecido na Resolução COEPE/UEMG nº 236, de 18 de fevereiro de 2019, nos artigos 7º, 8º, 9º, 10º e 11, que tratam a Avaliação do Rendimento Acadêmico:

Art. 7º - A verificação do rendimento acadêmico nos Programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu* será feita por disciplina, compreendendo, separadamente, aproveitamento e frequência.

Art. 8º - É obrigatória, em cada disciplina a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 9º - A frequência final, em cada disciplina, será expressa como suficiente (S), se maior que 75%, e insuficiente (I), se menor que 75%.

Art. 10 - O aproveitamento do estudante em cada disciplina será expresso em notas e conceitos, de acordo com a seguinte escala:

I - nota 90 a 100, conceito A – Excelente, com direito aos créditos;

II - nota 80 a 89, conceito B – Bom, com direito aos créditos;

III - nota 70 a 79, conceito C – Regular, com direito aos créditos;

IV - nota abaixo de 70, conceito D – Insuficiente, sem direito aos créditos.

Art. 11 - Os créditos relativos a cada disciplina somente serão conferidos ao estudante que obtiver pelo menos o conceito C, e no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às atividades.

No que se refere à frequência, no desenvolvimento desta Especialização em Gestão Escolar a partir da sua oferta em EAD, serão adotados critérios de aferição da frequência nas atividades das disciplinas, considerando-se os registros de ingresso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a realização de atividades dentro do cronograma proposto e a participação nos fóruns e outras proposições de debates sobre as temáticas do Curso.

A aprovação em todas as disciplinas é condição *sine qua non* para a conclusão do Curso. A verificação do rendimento será processada por disciplina, se dará pelos instrumentos e técnicas definidos pelos professores, terá apuração ao final de cada período letivo, considerando a assiduidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades programadas e o mínimo de 70 (setenta) pontos de proficiência nos estudos.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- ✓ Telefone informado pela Coordenação do Polo UAB/UEMG Barbacena;
- ✓ Teams: reunião previamente agendada;
- ✓ Chat: previamente autorizado para garantir a comunicação sincrônica.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- ✓ Emails;
- ✓ Fóruns;
- ✓ Ambientes virtuais próprios da UEMG;
- ✓ Outros recursos aprovados pela Coordenação do Polo UAB/UEMG Barbacena e em conformidade com as normativas da UEMG.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.